Plêthos, 3, 2, 2013
www.historia.uff.br/revistaplethos
ISSN: 2236-5028

A Igreja em novas terras: poder espacial do cabido de Sevilha no reinado de Alfonso X (1252-1284)

Paula de Souza Valle Justen (UFF)

Resumo: O trabalho busca compreender as novas configurações de poder espacial desenvolvidas em Sevilha durante o reinado de Alfonso X, no contexto da Reconquista e de reorganização territorial da recém-conquistada Andaluzia. A partir dos diplomas lançados por Alfonso X, é possível mapear a distribuição territorial em favor da Igreja, em especial ao cabido da catedral, e estabelecer as novas relações de poder territorial rural e urbano.

Palavras-chave: Reconquista; Igreja de Sevilha; propriedades eclesiásticas.

The Church in new lands: the Seville Cabido's spatial power during the reign of Alfonso X (1252-1284)

Abstract: This work aims to comprehend the new spacial power configurations developed in Seville during the reign of Alfonso X, in the context of the Reconquest and the newly-conquered Andalusia's territorial reorganization. From the diplomas released by Alfonso X, it's possible to map the territorial distribution in favor of the Church, specially to the cathedralic membership, and to establish the new rural and urban territorial power relations.

Keywords: Reconquest; Seville Church; ecclesiastical properties.

***

Este trabalho se trata, na verdade, de uma adaptação do projeto de pesquisa "Paisagem alterada: Intervenção e transformação urbana durante a Reconquista Castelhana", orientado pela prof. Dra. Renata Vereza. A proposta inicial do projeto era mapear o quadro eclesiástico do cabido da catedral de Sevilha durante o reinado de Alfonso X, a fim de se estabelecer o seu perfil e que forma de poder esses clérigos exerciam no espaço urbano da cidade.

Tal objeto de estudo deriva de uma dessas excepcionais particularidades históricas que na verdade são a crista de uma onda cujo movimento já se tinha iniciado tempos atrás. Nesse delicado período ao qual chamamos de Reconquista, Alfonso X não fora tão grande conquistador quanto seu pai, Fernando III, que conseguira tomar a grande Sevilha dos mouros. Entretanto, seu feito fora de outra ordem. Conquistar significa também dominar politicamente um território, e assim Alfonso X efetuou a reorganização espacial do recém-conquistado território da Andaluzia, tornando-o efetivamente castelhano. Para isso, o controle territorial consistia na repartição das cidades incorporadas ao reino entre os novos povoadores cristãos e na reestruturação urbana das antigas *madinas* islâmicas. Essa profunda reconfiguração espacial refletia, na verdade, uma nova teia de relações de poder que se estabelecia na Andaluzia, que se distanciava e muito da organização da *al-Andaluz* moura.

Tomamos conhecimento desse complexo processo histórico que foi a consolidação territorial do reino de Castela graças à abundantemente documentação que foi produzida no período, em especial o Diplomatário Andaluz, onde estão reunidos todos os diplomas reais referidos à Andaluzia.

Toda essa documentação evidenciava um caráter específico da política do rei castelhano: a centralização precoce da monarquia para o período. Alfonso X era presente em todos os processos de repartição do território entre os povoadores, atuando como um mediador entre as instituições e também doador de inúmeras propriedades, como era próprio do rei segundo as tradições feudais. Assim, o projeto em questão partiu do pressuposto de que o rei havia legado um sensível número de propriedades urbanas ao cabido da catedral de Sevilha.

Desde a sua conquista, a cidade de Sevilha havia sofrido um grande esvaziamento populacional. Muitos mouros e moçárabes que lá habitavam haviam fugido para o reino de Granada, deixando a uma boa parte das propriedades urbanas e rurais desabitada. Para uma cidade nas proporções de Sevilha, a mais importante para os mouros na Península Ibérica, capital do califado, era de suma importância ocupá-la novamente. Agora convertida a cidade cristã, era também era necessário definir as novas paróquias sobre o traçado da cidade, que não coincidiam com as antigas paróquias moçárabes. Questão delicada. Se na Idade Média as cidades cresciam e se organizavam em torno das igrejas, aqui o movimento era o oposto: implantar igrejas e uma rede paroquial que não pertenciam ao traçado urbano, alterando profundamente a sua organização espacial.

Por se tratar de uma reorganização no sentido de transformar Sevilha numa cidade cristã, a mentalidade medieval nos guiaria a acreditar que a nova catedral seria a maior beneficiária da repartição da cidade, como a casa do bispo, o pastor da cidade. Trata-se aqui também do poder temporal do bispo como autoridade política dentro do espaço urbano, representante maior da Igreja e também amigo próximo do rei, conselheiro e membro de sua corte. Longe de ser um lugar com feições liberais, como a historiografia tradicionalmente a caracteriza, a cidade está inserida na lógica feudal, sendo muitas vezes um prolongamento do campo. Entretanto, Sevilha se encontra num caso-limite: é uma cidade que foi transformada em feudal. Como *madina*, sua relação com o campo e seu papel político eram bem diferentes da que se desenvolvia no resto da Europa medieval. Sua inserção na cristandade também se deu num contexto bastante específico, distante do apogeu feudal do século XI. Estava diretamente ligada e subordinada ao poder real, que se fortalecia progressivamente com o sucesso das novas conquistas. A cidade era, portanto, palco tanto do poder monárquico que gradualmente se centralizava e do clero secular representado pelo bispo e pela hierarquia eclesiástica, sendo o espaço próprio para a consolidação dos laços entre ambos, o lugar da formação de uma monarquia católica.

Assim, o projeto surgiu a partir da hipótese de que Alfonso X teria feito grandes concessões de propriedades urbanas ao cabido da catedral de Sevilha. Entretanto, a História se movimenta através de sua imprevisibilidade, arredia às nossas pretensões de domá-la segundo nossos moldes. Simplesmente não havia documentação suficiente e relevante no diplomatário que corroborasse a proposta inicial da pesquisa, toda a questão central do projeto estava em xeque. Se Alfonso X fora generoso com as doações de propriedades urbanas às ordens religiosas, principalmente as militares, o mesmo não ocorreu com o clero secular, mesmo entre o cabido da catedral. Em todo diplomatário há, de fato, apenas quatro documentos de doação de casas a clérigos: um datado de 25 de novembro de 1253, no qual o rei cede a Don Rodrigo, racioneiro da catedral, casas na colação de Santa Maria, a paróquia da catedral[13]; outro em que Don Bernardo, capelão do rei, recebe casas na colação de São Bartolomeu[14]; um no qual Alfonso X troca aldeias que pertenciam à catedral pelas antigas propriedades de Don Zuleman[15]; e ainda um onde o rei concede ao cabido as casas que pertenciam ao mestre Gonzalvo, provavelmente na colação de Santa Maria[16]. No mais, há apenas uma menção a propriedade de clérigos da catedral no

[13] *Diplomatario Andaluz de Alfonso X,* doc. 73
[14] Idem, doc. 270
[15] Idem, doc. 412
[16] Idem, doc. 484

perímetro urbano, onde Alfonso X aprova a troca de propriedades entre Don Gonzalo García, chantre da catedral, e Alfonso Perez, no Barrio de Goles, também pertencente à colação Santa Maria[17].

Silêncio documental? Alfonso X simplesmente deixara de fora o clero secular de suas doações quando dispunha de um enorme montante de propriedades em Sevilha para dispô-las como bem desejasse, podendo reparti-las largamente entre "homens bons" e ordens eclesiásticas? Nem tanto. Era bem verdade que o cabido da catedral não fora agraciado com o número de propriedades que nos era esperado, mas isso se limita apenas ao quadro canônico local. Alfonso X, no início de seu reinado, contempla vários bispos de outras cidades do reino com doações de casas em Sevilha[18], sendo notadamente o mais beneficiado Don Remondo enquanto bispo de Segóvia, confessor do rei, que só posteriormente se consagraria arcebispo de Sevilha, se tornando responsável por toda organização institucional da cidade que teria que se estabelecer.

O rei, por outro lado, preferiu beneficiar os clérigos seculares de outra forma. Ao invés de propriedades urbanas, como era o esperado por se tratarem de religiosos próprios das cidades, escolheu por doar aos membros do cabido da catedral tanto propriedades rurais quanto seus direitos em aldeias no termo de Sevilha, principalmente nas aldeias de Alinbayán e Facialcázar. Não se trata, é claro, de mera generosidade do monarca. Era necessário estabelecer as bases materiais para que tais clérigos pudessem minimamente se sustentar para além da arrecadação da catedral. Assim, a doação mais comum aos membros do cabido era de quinze arançadas de oliva e figueiral em Alinbayán e quatro yugadas de propriedade no termo de Facialcázar, havendo apenas algumas alterações nos valores de acordo com a posição do contemplado na hierarquia eclesiástica do cabido.

Essa praticamente ausência de documentação no tocante à questão do projeto parecia travar o andamento deste. Entretanto, o diplomatário nos havia deixado ao menos uma pista de como prosseguir com a investigação. Mesmo que não houvesse diplomas específicos de doações de propriedades urbanas, a existência do diploma que autorizava a troca de propriedades, antes não citada na documentação, entre um clérigo e um vizinho da cidade indicava que elas, de fato, existiam, e que haviam sido concedidas anteriormente. A solução no primeiro momento pareceu ser buscar outra fonte documental, o livro de Repartimiento de Sevilla, que contém a distribuição

[17] Idem, doc. 200
[18] Dentre eles, Don Pascual, bispo de Baeza (doc. 19); Don Frei Pedro, bispo de Cartagena (doc. 29); e Don Benito, bispo de Ávila (doc. 46).

da cidade e de seu termo entre os novos povoadores da cidade conquistada de forma mais completa que o Diplomatário.

Mais uma vez, não havia documentação significante. No livro há apenas menção das mesmas propriedades no termo da cidade que também apareciam no diplomatário, com algumas menções a mais, mas nada que se referisse ao que buscávamos, as propriedades urbanas. Aparentemente, era o fim da pesquisa.

Mas como é de conhecimento a todo historiador que se preze, o silêncio das fontes também pode ser um bom indício para a investigação histórica, mostrando uma contrapartida a construções pré-estabelecidas. Este silêncio sobre as propriedades urbanas, por exemplo, nos permite chegar a uma conclusão, bem divergente da que esperávamos: os membros do cabido da catedral se caracterizavam como uma elite terratenente.

A conclusão era simples, mas possuía várias implicações. Como bem explicitou Jorge Díaz Ibáñez, os quadros eclesiásticos da Igreja castelhana eram freqüentemente destino de jovens pertencentes às famílias da nova nobreza ascendente que se estabelecia na Andaluzia ao longo da Baixa Idade Média, como uma forma inclusive de se absorver os "excedentes" de cada geração das linhagens. Por se tratar de um cabido recém-formado, organizado a partir da consagração de Don Remondo como arcebispo de Sevilha, é difícil estabelecer um perfil definido para este cabido. Entretanto, pode-se delinear a presença de uma nobreza intimamente ligada ao próprio processo político e militar da Reconquista, linhagens novas que assentavam seu poder principalmente nas oligarquias urbanas e atuando como os principais personagens dos conselhos municipais. O cabido catedrálico, configurando-se como a outra esfera de poder mais importante da cidade, era destino de tantos ingressos dessa baixa e média nobreza cavaleiresca por ser também uma forma de se auto-afirmar e se legitimar frente às outras linhagens concorrentes e também um contrapeso à alta nobreza (DÍAZ, 2009: 885).

Não apenas isso. Como ainda aponta Díaz Ibáñez, a inserção de nobres no clero secular, de forma a criar verdadeiras dinastias na hierarquia eclesiástica consolidadas do período baixo medieval, possuía um caráter explicitamente econômico também. Havia mecanismos de transferências de rendas capitulares através de arrendamentos de propriedades eclesiásticas a nobres, nos quais esses canônicos de origem nobre atuavam como intermediários do processo (DÍAZ, 2009: 886).

Neste ponto, há ainda um outro aspecto a se salientar. Mais uma vez retomo a conclusão final da pesquisa, o cabido como elite terratenente. Como indica Carlos Estepa Díez, há a diferença entre possuir uma terra como senhorio, com todos os direitos jurisdicionais que isso implica, e ter uma propriedade (*heredamiento*) no qual se usufrui dela e de suas rendas (ESTEPA, 2007: 83). Ao conceder propriedades no termo de Sevilha aos membros do cabido, Alfonso X não estava constituindo-os como senhores jurisdicionais, como uma leitura rasa do termo terratenente sugeriria. Trata-se de uma concessão de uma propriedade, que se traduz em concessão de rendas (ESTEPA, 2007: 91).

Essas considerações, entretanto, pouco nos dizem sobre as interações sociais e de poder que se davam em Sevilha no período se não forem colocadas diante de certos aspectos que devem ser levados em conta. O primeiro é, sem dúvida alguma, o papel do próprio clero secular nesta sociedade. O espaço de poder próprio do cabido é, necessariamente, a cidade. Ortodoxias à parte, a cidade é o espaço de atuação e de influência do cabido, onde funciona como um verdadeiro aparato de poder político, paralelo ao cabido, muitas vezes interferindo em questões nas quais o cabido era ineficiente. Poder político na cidade e poder sobre seu próprio traçado urbano, hierarquizando os seus espaços a partir da catedral e definindo fluxos humanos e comerciais. Seria, portanto, o lugar de maior concentração de propriedades eclesiásticas.

Tudo isso nos leva a nos questionarmos sobre a razão que motivou o rei a tornar o cabido em terratenente, ao invés de simplesmente ceder-lhe propriedades urbanas, numa cidade que se encontrava relativamente esvaziada. Ao que tudo indica, trata-se de um indício de um conflito muito maior. Não necessariamente um conflito entre a hierarquia eclesiástica e o rei, mas entre o rei e a nova nobreza em ascensão concorrendo pela hegemonia no espaço urbano.

O processo no qual estava inserida a conquista de Sevilha era, além de seu aspecto político-militar, um processo de reorganização da sociedade castelhana. Não apenas com o surgimento de uma nova nobreza, mas o próprio papel do rei nesta sociedade se diferenciava. A cada nova conquista, o poder do monarca se tornava efetivamente mais forte, com ares de centralizado. Centralização não nos moldes do Estado Moderno, à qual tanto se atribui uma origem já em meados da Baixa Idade Média[19]. Como propõe Estepa Díez, essa proeminência da figura real estava muito mais ligada à expansão do realengo, ou seja, à capacidade do rei de fazer

[19] Sobre este tema, um verdadeiro programa de estudos, o *Genèse de l'État Moderne*, coordenado por Jean-Philipp Genet, foi criado com o intuito de investigar as origens do que se tornaria o Estado Moderno, buscando nos séculos XIII-XV as raízes da formação do Estado que Castela viria a se tornar. O projeto ambicioso, entretanto, apresenta várias inconsistências metodológicas que desconsideram o próprio caráter do poder real do período.

valer a sua justiça e de cobrar rendas de territórios sob sua jurisdição (ESTEPA, 2007: 81). Mais do que simples precursor do que viria a se tornar o Estado centralizado moderno, o fortalecimento da monarquia se dava em termos de feudalismo concomitante ao processo de senhorialização (ESTEPA, 2007: 94).

No entanto, mesmo a expansão do poder real se dando a partir da lógica feudal, ela também era de caráter urbano. Aliás, é um equívoco considerar a cidade medieval como uma entidade oposta à realidade rural, como Angus Mackay destacou. Insere-se no feudalismo tanto economicamente quanto politicamente, atuando tanto como senhor (em relação ao seu termo) e senhorio (no caso, senhorio coletivo do conselho municipal, por exemplo) (MACKAY, 1984: 33). Assim deve ser encarada a relação entre Alfonso X e as cidades, uma relação senhorial. A cada nova cidade conquistada em seu trajeto para o sul da Península, o monarca possuía maior capacidade de atuação e intervenção nesses novos domínios conquistados, seguindo a lógica da expansão do realengo. Participava e intervia diretamente na organização desse espaço e cedia menos aos outros poderes que concorriam no domínio deste. A repartição de Sevilha por Alfonso X, então, reflete claramente este novo caráter do poder real, que passa a se utiliza da cidade como um ponto estratégico de organização territorial submetido diretamente à jurisdição do rei.

Mediação talvez fosse o termo que definisse melhor o papel de Alfonso X na repartição de Sevilha. Como já foi dito anteriormente, a Reconquista propiciou o surgimento de uma nova nobreza ligada à cavalaria, que logo se estabeleceu na forma de oligarquias urbana. A documentação torna isso ainda mais evidente quando se analisa as numerosas doações feitas aos chamados cavaleiros de linhagem e "homens bons". Não apenas isso: no foro real que define juridicamente a cidade de Sevilha e seu termo, assim como os seus direitos e deveres, há uma grande ênfase na importância política do conselho da cidade e dos vizinhos desta. Em contrapartida, a concessão de propriedades rurais ao cabido aparenta ser uma tentativa de limitar o peso da atuação de clérigos no espaço urbano. Trata-se, afinal, de um conflito direto entre monarquia e Igreja, valorizando-se abertamente o poder laico na organização administrativa da cidade, ao passo em que há um esvaziamento do poder eclesiástico?

Ao que tudo indica, não. O perfil dos membros do cabido da catedral nos permite dizer com larga segurança que a instituição se convertia numa outra instância de poder da baixa e média nobreza, para além do conselho municipal. Esse cerceamento de participação eclesiástica na política urbana pode ser encarado como uma forma não de prejudicar a hierarquia eclesiástica,

mas de refrear a influência política desta elite nos aparatos de poder mais importantes da cidade, de modo a não ficar refém dessas oligarquias urbanas.

Essa intervenção só pôde ser feita justamente no contexto de expansão do realengo, de suma importância no processo de consolidação do poder real. Do jogo de poderes que surgiam dessa nova realidade política, o rei saiu vencedor, sendo capaz de impor a sua justiça sobre todas as outras formas de senhorio existentes. Mas esse processo trouxe uma mudança na própria concepção de cidade, que não cabe nos antigos modelos de cidade medieval. Trata-se de uma transformação na qual a cidade retoma o seu antigo caráter de centro de um poder político encabeçado por uma figura central, uma nova configuração política na qual as cidades são os pólos de poder organizativo do território do reino, passando diretamente por essa figura que adquire uma nova função na sociedade medieval castelhana, o rei.

Referências bibliográficas

DÍAZ IBÁÑEZ, Jorge (2009), Iglesia y nobleza en la Sevilla bajomedieval, *Anuario de Estudios Medievales (AEM)*. v. 39, n. 2, pp. 877-931. Jul./dez.

ESTEPA DÍEZ, Carlos (2007), La monarquia castellana em los siglos XIII-XIV. Algunas consideraciones, *Revista de Historia.* n. 8, p. 79-98.

ESTEPA DÍEZ, Carlos (2010), Notas sobre el feudalismo castellano en el marco historiográfico general, In Esteban Sarasa, Eliseo Serrano (eds.), *Estudios sobre señorío y feudalismo: homenaje a Julio Valdeón,* Zaragoza, IFC.

GONZALEZ, Julio (Ed.) (1951), *Repartimiento de Sevilla*. Madrid: Signatura Ediciones de Andalucía.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.). *Diplomatario Andaluz de Alfonso X.*

MACKAY, Angus (1984), Ciudad y campo en la Europa medival, *Studia historica. Historia medieval*. n. 2, p. 27-54.